



COE cobra explicações do Itaú sobre demissões e fechamento de agências

Reunião acontece na manhã desta quinta-feira (16), de forma presencial



A Comissão de Organização do Empregados (COE) do Itaú se reúne com o banco, na manhã desta quinta-feira (16), para cobrar explicações sobre as recentes demissões e fechamento de agências.

O encontro será realizado de maneira

presencial, no prédio da CEIC, em São Paulo.

“Vamos cobrar também mais contratações de funcionários nos locais de trabalho, para repor essas demissões, principalmente em agências”, revelou Jair Alves, coordenador da COE Itaú.

Fonte: CONTRAF

Banco do Brasil deverá pagar mais de R\$ 8 milhões por assédio moral

A 69ª Vara do Trabalho de São Paulo aplicou multa e correção pela taxa Selic a uma condenação do Banco do Brasil por danos morais coletivos e, assim, atualizou o valor a ser pago para aproximadamente R\$ 8,1 milhões. A decisão diz respeito à prática reiterada de assédio moral contra empregados.

Por José Higídio



Segundo a denúncia do Ministério Público do Trabalho, o banco e sua divisão de tecnologia cobravam metas abusivas, monitoravam ostensivamente o ambiente de trabalho e promoviam discriminação de gênero e com empregados terceirizados.

Em sua defesa, o BB alegou que os fatos apontados ocorreram de forma isolada. Além disso, revelou a adoção de uma série de treinamentos e procedimentos para combater o assédio moral.

No ano de 2019, a vara condenou os réus ao pagamento de indenização no valor de R\$ 250 mil. Apesar da existência de uma ouvidoria e de um canal de recebimento de denúncias, as empresas não comprovaram o combate efetivo ao assédio moral.

Segundo a juíza Patricia Almeida Ramos, a criação de manuais e treinamentos sobre ética precisa estar aliada a políticas comportamentais dentro da empresa, fiscalização rigorosa e punição exemplar.

Na execução provisória da ação, o BB alegou o cumprimento total das obrigações. Porém, o MPT indicou falta de comprovação das medidas.

Com base em relatórios trazidos pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, a juíza constatou que algumas das obrigações não foram totalmente contempladas.

“Apesar do cumprimento de certas exigências legais pela ré, as questões quanto ao assédio aos trabalhadores ainda persistem”, assinalou a magistrada.

Por isso, Patricia aplicou multa a partir da publicação da sentença, no valor de R\$ 7,8 milhões. Já a indenização foi corrigida a partir da mesma data e chegou ao montante de R\$ 272 mil.

FONTE: José Higídio, Revista Consultor Jurídico

Contrato intermitente fracassa porque patrões querem precarizar trabalho ainda mais

Apesar da insegurança e instabilidade do contrato intermitente para o trabalhador, essa modalidade é formal e, por isso, pouco usada pelas empresas que querem explorar ainda mais a mão de obra

AGÊNCIA BRASIL / ARTE:CUT



Criado pela reforma Trabalhista do ilegítimo Michel Temer (MDB) o ‘trabalho intermitente’, modalidade que permite às empresas contratarem formalmente sem garantias sequer de que o trabalhador vá receber ao menos um salário mínimo no fim do mês, fracassou. As contratações por meio do novo modelo ficaram muito abaixo das expectativas do governo que na época dizia que ia gerar milhões de empregos no país.

O motivo é que, apesar de ser a legalização do bico e representar insegurança e instabilidade para o trabalhador, o contrato intermitente de trabalho é uma modalidade formal e, exatamente por isso, não teve grande adesão dos patrões que preferem a informalidade, sem

qualquer ligação com suas empresas.

O ‘fenômeno’, dizem especialistas, se deve à conduta das empresas de preferirem continuar contratando trabalhadores sem nenhum vínculo empregatício, portanto, de forma precarizada ou com vínculo com terceirizadas, caso das vinícolas Aurora, Salton e Garibaldi, onde 207 trabalhadores eram submetidos a condições análogas à escravidão.

“[As empresas] preferem tomar serviços de trabalhadores sem controle nenhum, nem direitos, do que formalizar o intermitente”, afirma o advogado especialista em Direito do Trabalho, Fernando José Hirsch, sócio do LBS Advogados.

“O que se vê no mercado de trabalho se refere mais a trabalhos diários, sem vínculos, sem nenhuma formalidade”, explica Hirsch.

As empresas optam pela “maneira mais rápida de acessar a força de trabalho eventual, sem ter que recorrer ao contrato intermitente”, afirma a professora de Economia e Relações do Trabalho do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas (Cesit-Unicamp) Marilane Teixeira.

“Realmente não pegou [o contrato intermitente] e isso se deve ao fato de as empresas preferirem contratar trabalhadores por conta própria ou na informalidade do que manter vínculos de trabalho formais, de manter

essa relação com as pessoas”, diz a pesquisadora após analisar os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de novembro de 2017 a novembro de 2022.

De acordo com o Caged, nesse período, cerca de 375 mil contratos de trabalho foram intermitentes. Em dezembro, foram 24.333 admissões e 16.843 desligamentos na modalidade, gerando saldo de 7.490 empregos.

O número de contratos teve uma evolução ao longo dos anos. Em 2018, primeiro ano em que o contrato intermitente passou a ser adotado, eram cerca de 61 mil, no entanto, ainda aquém das expectativas do governo à época, de gerar cerca de 15 milhões de empregos.

“Houve uma evolução não significativa ao longo dos anos, mas é muito menos do que prometia a reforma Trabalhista. Hoje, nem meio por cento do total de vínculos ativos é intermitente e esse índice pouco se alterou ao longo dos anos”, explica Marilane Teixeira.

A realidade do trabalho intermitente, além das promessas não cumpridas de geração de emprego feitas pelo governo Temer quando aprovou a reforma Trabalhista atestam o que alertava a CUT à época.

“A baixíssima utilização do contrato intermitente comprova o que o movimento sindical sempre denunciou, que o empresariado buscava o desmonte generalizado de direitos da classe trabalhadora através da reforma e não uma atualização. A alta informalidade no país continua”, diz o secretário de Relações do Trabalho, Ari Alorado do Nascimento.

Legislação não era entrave para gerar emprego. A questão sempre foi – e ainda é – lucro- Ari Alorado do Nascimento

Ações na Justiça

Sonegar direitos é uma regra entre os maus patrões brasileiros e a informalidade é uma porta aberta para que neguem tudo ao trabalhador, mesmo assim o número de ações na justiça exigindo vínculo de trabalho é pequeno.

De acordo com informações do Tribunal Superior do Trabalho (TST), cerca de 85% dos processos em tramitação na Justiça do Trabalho se referem a reclamações por direitos sonegados pelos patrões.

Além de verbas não pagas em rescisões de contrato referentes a horas extras, férias e 13º salário, as reclamações se referem também ao reconhecimento de vínculos empregatícios – sejam informais com ou sem CNPJ.

Em dezembro do ano passado, 9,3 mil ações pediam vínculo empregatício, segundo levantamento do tribunal sobre as ações mais recorrentes. O dado não inclui ações que ainda estão tramitando na primeira e segunda instâncias.

“A Justiça do Trabalho restitui a trabalhadores cerca de R\$ 10 bilhões por ano”, disse em entrevista ao Uol o presidente do TST, Lelio Bentes Corrêa.

Perfil de quem contrata e de quem é trabalhador intermitente

De acordo com os dados do Caged, ao todo, 5,4 mil estabelecimentos se utilizaram do formato de contrato intermitente. Serviços e comércio foram os setores que mais contrataram intermitentes, totalizado 7.403 postos de trabalho.

O dado que chama atenção é que do total de contratos intermitentes naquele mês, apenas 175 trabalhadores conseguiram ter mais de uma contratação, o que desconstrói o discurso feito, à época, de que os trabalhadores teriam a oportunidade de trabalhar para mais de uma empresa e, assim, ter uma ‘boa renda’.

Outra característica dos poucos contratos intermitentes firmados ao longo dos anos é que 62% dessa mão de obra é masculina. Mulheres são maioria apenas no setor de comércio.

Somente o setor de serviços concentra 51% dos contratos intermitentes.

Fonte: CUT - Andre Accarini | Editado por: Marize Muniz

Comissões permanentes elegem seus presidentes; veja os nomes dos eleitos até agora

Apenas quatro comissões ainda vão marcar nova data para as eleições

Cleia Viana / Câmara dos Deputados



Reunião da Comissão de Constituição e Justiça

As comissões permanentes da Câmara dos Deputados elegeram nesta quarta-feira (15) seus presidentes, com mandato de um ano. Os partidos dos presidentes foram definidos previamente pelos líderes partidários. Neste ano, a Câmara criou cinco comissões permanentes por desmembramento das funções de outras já existentes.

Apenas as comissões de Administração e Serviço Público; de Defesa do Consumidor; de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e de Desenvolvimento Urbano ainda não elegeram seus presidentes e devem marcar nova data para as reuniões.

Confira os nomes dos que já foram eleitos:

- Rui Falcão é eleito presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
- Comissão de Educação elege Moses Rodrigues para presidente
- Deputado Zé Vitor é eleito presidente da Comissão de Saúde
- Comissão de Desenvolvimento Econômico elege Félix Mendonça Júnior para presidente
- Rodrigo de Castro é eleito presidente da Comissão de Minas e Energia
- Comissão de Finanças será presidida pelo deputado Paulo Guedes

- Comissão de Fiscalização Financeira elege Bia Kicis para presidente
- Comissão de Viação e Transportes elege Cezinha de Madureira para presidente
- Paulo Alexandre Barbosa é eleito presidente da Comissão de Relações Exteriores
- Comissão de Trabalho elege Airton Faleiro para presidente
- José Priante é eleito presidente da Comissão de Meio Ambiente
- Luisa Canziani é eleita presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação
- Heitor Schuch é eleito presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços
- Fabio Garcia é eleito presidente da Comissão de Integração Nacional
- Comissão de Previdência será presidida pelo deputado Fernando Rodolfo
- Comissão de Turismo será presidida pelo deputado Romero Rodrigues
- Sanderson é eleito presidente da Comissão de Segurança Pública
- Lêda Borges é eleita presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
- Zé Silva é o novo presidente da Comissão de Legislação Participativa
- Marcelo Queiroz é eleito presidente da Comissão de Cultura
- Luiz Lima é o novo presidente da Comissão do Esporte
- Márcio Jerry é eleito presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência
- Amaro Neto é eleito presidente da Comissão de Comunicação
- Comissão da Amazônia elege a deputada Célia Xakriabá
- Luizianne Lins é eleita presidente da Comissão de Direitos Humanos

Da Redação - GM

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Lula relança programa de segurança com foco na violência de gênero: ‘Não precisa só de polícia, mas de Estado’

Criado em 2007, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, abandonado nos últimos anos, foi retomado como a principal proposta do governo para enfrentar todos os tipos de violência no país



De acordo com o ministro da Justiça, Flávio Dino, Pronasci é a “solução” da “aparente contradição” entre segurança ser mais polícia ou social. “É as duas coisas ao mesmo tempo e uma não vive sem a outra”, defendeu.

Em meio aos ataques criminosos no Rio Grande do Norte e ao aumento de todas as formas de violência contra as mulheres, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lançou, nesta quarta-feira (15), a nova edição do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Criado em 2007, em seu segundo mandato, o Pronasci estava fora de funcionamento nos últimos anos e foi retomado

oficialmente agora como a principal proposta do governo para a área de segurança pública e enfrentamento da violência de gênero.

De acordo com o presidente, a expectativa com o programa é fortalecer o papel do Estado. Ao assinar em cerimônia hoje o decreto que regulamenta a Lei 11.530 de 24 de outubro de 2007, o petista comentou que nunca entendeu a descontinuidade do Pronasci.

“Ele não é um projeto de segurança pública apenas pensando na polícia. Na verdade, a gente pensa no papel do Estado. Primeiro (porque) quanto mais polícia se necessita, significa que menos Estado você tem. Na periferia, nas cidades pequenas e nos lugares em que a polícia está, o Estado deveria estar presente com saúde, educação, cultura, lazer, tudo aquilo que a sociedade precisa para viver bem”, destacou Lula.

‘Estado deve cuidar’

Segundo o presidente, a retomada do Pronasci visa enfrentar o problema da segurança pública no país garantindo cidadania. Nesse sentido, ele reforçou a importância de ações transversais, da formação e proteção dos policiais e criticou políticos que “não percebem que perto da casa dele tem uma criança dormindo sem um copo de leite”. Lula questionou a superlotação nos presídios e defendeu um mutirão para garantir o direito de defesa aos que não tiveram essa garantia prevista em lei.

“Queremos a cadeia cheia de gente que cometeu crime e não gente inocente como temos hoje em nosso país”, apontou. “O Estado não pode continuar omissos aos problemas da sociedade, o Estado precisa cuidar. Por isso vamos investir na escola de tempo integral para que ele (jovem) esteja mais seguro do que brincando numa rua que ele não tem segurança nenhuma. Vamos ter que fazer muitos programas para educar os homens de que a mulher não foi feita para apanhar e que esse cidadão que bate tem que ser punido”, discursou.

“E, sobretudo, temos que trabalhar na perspectiva de salvar a periferia desse país. É na periferia que está grande parte da nossa juventude, com potencial cultural e profissional extraordinário, mas que não tem condições de sobreviver porque são pegos de surpresa por uma bala perdida, por uma operação policial em que aparecem 20 e 30 mortos, sem sequer as pessoas sejam julgadas”, completou o presidente.

Eixos do Pronasci 2

O Pronasci será coordenado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública a partir de cinco eixos prioritários. O primeiro deles, de combate à violência contra as mulheres e redução das taxas de feminicídio. A repressão aos crimes de gênero teve início já nesta quarta com a entrega de 270 viaturas para as patrulhas Maria da Penha e a implementação de 40 novas Casas da Mulher Brasileira, locais de acolhimento de vítimas da violência de gênero.

O ministro da pasta, Flávio Dino, explicou que as viaturas e as Casas permitem que as medidas protetivas saiam do papel e deem eficácia à Lei Maria da Penha. As chaves foram entregues de maneira simbólica para a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSDB), e a governadora interina do Distrito Federal, Celina Leão (PP), presentes na cerimônia.

A iniciativa do governo para a segurança também conta com o combate ao racismo estrutural, segundo ponto central. Além do apoio às vítimas de violência, na sequência, políticas para presos, pessoas privadas de liberdade e egressos como previsto na Lei de Execução

Penal e, em quinto, a atuação nos territórios, a exemplo do ocorreu no bairro Guajuviras, em Canoas, no Rio Grande do Sul que registrou uma queda de 53,6% nos homicídios na região, que era conhecida como “Bagdá gaúcha”, entre 2009 e 2013, após a implementação do Pronasci.

Durante a cerimônia de lançamento, Dino destacou o programa como “a junção e a solução de um antigo problema que tínhamos na cabeça, nós da esquerda: segurança é policial ou social? E com o Pronasci resolvemos dialeticamente, eu diria, essa aparente contradição. É claro que são as duas coisas, ao mesmo tempo, e uma não vive sem a outra. E por isso que eu estive lá (no Complexo da Maré, favela do Rio de Janeiro), vou voltar e vou no Salgueiro (também no Rio). Por isso temos o compromisso de construir a política de segurança com a luta social, com o movimento cultural e do esporte”, explicou Dino.

Gênero e raça na prioridade

A coordenadora do Pronasci, Tamires Sampaio, também advogada, ressaltou que o debate da segurança pública precisa estar alinhado à garantia e proteção à vida. De acordo com ela, esse será o papel do programa que também investirá na formação e profissionalização dos agentes das forças de segurança. A previsão é que a Bolsa Formação do Pronasci 2 contemple 20 mil profissionais com um subsídio mensal no valor de R\$ 900.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

“O Pronasci constrói uma noção de fortalecer os agentes de segurança, os nossos equipamentos de segurança. Mas é garantindo que a população tenha acesso à educação e à cultura, que a gente vai de fato garantir que os índices de violência e criminalidade no país mudem”, observou Tamires.

“Nosso primeiro foco é o enfrentamento da violência contra a mulher. E isso não é à toa num país em que a cada 6 horas uma mulher é assassinada e que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado. Não dá para falar de democracia assim. O combate ao racismo estrutural é também um eixo central, porque um país em que a maioria da população é negra, e mais de dois terços da nossa história foram marcados pela escravidão, é fundamental pautar a questão de raça na construção de políticas de segurança”, garantiu a coordenadora.

Sem demagogia

Ainda sem uma rubrica específica, os recursos para Pronasci neste ano serão oriundos do Fundo Nacional de Segurança Pública, vinculado ao Ministério da Justiça. Flávio Dino conclui, contudo, que a medida, diferente do governo Bolsonaro, não faz “demagogia ou violência simbólica”. Ou ainda “captação de votos com o terror”. “O medo é um dos traços do fascismo e nós somos profetas da esperança e construtores da paz. Viva o Pronasci”, defendeu o ministro.

Fonte: RBA

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF